

## As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor Leste

*Memories of Wars and Wars of Memories. Women, Mozambique and East Timor*

*Les mémoires des guerres et les guerres de mémoires. Femmes, Mozambique et Timor-Est*

Teresa Cunha

---



**Electronic version**

URL: <http://rccs.revues.org/4825>

DOI: 10.4000/rccs.4825

ISSN: 2182-7435

**Publisher**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Printed version**

Date of publication: 1 mars 2012

Number of pages: 67-86

ISSN: 0254-1106

**Electronic reference**

Teresa Cunha, « As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor Leste », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, colocado online no dia 15 Fevereiro 2013, criado a 30 Setembro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/4825> ; DOI : 10.4000/rccs.4825

---

The text is a facsimile of the print edition.



TERESA CUNHA

## As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor-Leste\*

Neste texto tematizo e problematizo a narração dos sofrimentos das mulheres que emergem das entrevistas em profundidade realizadas em 2008 e 2009 em Maputo, Moçambique e Díli, Timor-Leste, para discutir três questões: em primeiro lugar, perceber algumas peculiaridades e semelhanças das experiências de mulheres nas guerras em Moçambique e Timor-Leste através das suas narrações; em segundo lugar, analisar como essa narração dos sofrimentos se transfigura num valor político e numa alavanca de reconhecimento público e legitimidade para decidir e governar ou, pelo contrário, é percebida como improdutiva e negligenciada; por fim, procuro mostrar que há mais valências numa imaginação nacionalista pluriversa do que nas dos heróis viris e narcísicos.

**Palavras-chave:** estudos sobre a mulher; feminismo; guerra; Moçambique; pós-colonialismo, Timor-Leste.

### Introdução

Este texto procura, em primeiro lugar, discutir e criticar ausências e negligências das gramáticas coloniais que remanescem e resistem nos feminismos dominantes de matriz nortecêntrica. Através de uma análise feminista pós-colonial pretende-se contar a história de outra maneira, com enunciativas, talvez inesperadas porque ainda subalternas, com outras geografias do conhecimento, outros nós de razão. É um marco feminista que se abre à crítica e à inconformidade que outros auditórios podem exercer sobre a busca epistemológica situada. Não se trata de tematizar um período histórico ou uma condição sociológica de quem um dia foi sujeito colonial, mas sim de um exercício teórico e analítico que pensa para além de si e pressupõe múltiplos esforços de descentramento, abrindo espaço a memórias outras e

---

\* Este texto, na sua versão final, deve muito às leituras e comentários certos de Tatiana Moura e Catarina Martins, investigadoras feministas do Centro de Estudos Sociais, colegas e amigas, assim como às instigantes observações e sugestões proporcionadas pela avaliação por pares. A todas agradeço profundamente.

aos termos outros em que elas são narradas; é a busca de uma alteridade que vai muito além das divergências e similitudes. Assim, compreende-se que pós-colonial não é equivalente a pós-independência política das colônias e pode-se afirmar que, tanto antes como depois, em Moçambique e Timor-Leste se continuam a perceber e a manter mecanismos de desqualificação ontológica e sociológica das mulheres.

A partir deste marco teórico tematizo e problematizo a narração dos sofrimentos das mulheres que emergem das entrevistas realizadas com algumas delas em 2008 e 2009 em Maputo, Moçambique e Díli, Timor-Leste para discutir três questões. Em primeiro lugar, perceber algumas peculiaridades e semelhanças das experiências de mulheres nas guerras em Moçambique e Timor-Leste. Em segundo lugar, analisar como essa narração dos sofrimentos se transfigura num valor político e numa alavanca de reconhecimento público e legitimidade para decidir e governar (Silva, 2008) ou se, pelo contrário, é percebida como improdutiva e negligenciada. Por fim, procuro mostrar que há muito mais para compreender do que os sofrimentos das mulheres e a sua vitimização. Pois nas guerras há várias versões de valentia e elas sabem e dizem-se heroínas, pervertendo, com as suas racionalidades e imaginação sociológica, o nacionalismo viril e narcisista dominante que as independências políticas têm inscrito nas memórias coletivas dos dois países.

Trata-se de uma escolha deliberada sobre autoras, discursos, narrativas e representações, o que lhe confere interesse heurístico e teórico sem ambicionar qualquer generalização.

### **1. Algumas críticas teóricas feministas pós-coloniais**

Parece-me certo afirmar que também muitas teorias feministas continuam a estatuir-se e a proclamar-se como a medida certa e correta da igualdade entre mulheres e homens, reeditando sombras sobre outras experiências, racionalidades e sabedorias emancipatórias. Uma parte substancial das imagens de mulheres que são difundidas e naturalizadas, também por muitas feministas, continuam a mostrar estas-criaturas-dos-mundos-ex-colonizados curvadas pelo trabalho, pobres e iletradas, incapazes e infelizes, cercadas de crianças ranhosas e igualmente insolventes. Algumas que aparecem, excecionalmente, escapando a este aparato de miséria são vistas como a prova existencial de que os seus governos se podem empenhar pelo que está prescrito pela igualdade e emancipação das suas mulheres, embora a grande maioria não consiga ir além da mera sobrevivência. Hoje, tal como antes, urge uma ação salvadora que, vinda de algures, as redimirá da sua persistente falha ontológica. É desta forma que o pensamento feminista

veiculado em relatórios de agências internacionais de cooperação ou das Nações Unidas, organizações não-governamentais internacionais especializadas em assistência humanitária mas também por alguns trabalhos de cariz académico<sup>1</sup> pode manter a presunção de que a maioria destas mulheres vive imersa na pobreza e preocupada em sobreviver, sem questionar as velhas e as novas ordens das coisas e da sua opressão. Esta espécie de femocracia que se vê a si mesma como um centro que irradia conhecimento e energia para as periferias preserva e reconstrói a ideia colonial que a maioria das mulheres-do-mundo-ex-colonizado-de-hoje precisam de ser libertas de si mesmas e das suas histórias para se emanciparem.

A constância da representação colonial atualiza-se regularmente quando a-maioria-das-mulheres-do-mundo-ex-colonizado são descritas como um todo ao qual se atribui um conjunto de características unificadoras e explicativas. A minha análise é que a operacionalização epistémica destas características dá-se, em primeiro lugar pela recorrente vitimização que funda a sua leveza ontológica e existencial. As imagens negativas são muitas, poderosas, pungentes e prolíferas acerca do despojamento das identidades, subjetividades, capacidade ou agência dos seres assim postos diante de nós (Lazreg, 2005: 77). Em segundo lugar, elas existem num mundo aparentemente intemporal, onde são a própria intemporalidade se confunde com tradição e a tradição com hábito, atávica e repetitiva irracionalidade. A colonialidade apresenta-as, quase todas, como se esperassem a inevitabilidade do seu estupro, a prostituição como natural atividade de sobrevivência e as suas qualidades como sendo a paciência e uma quase mudez. Parece ser perfeita a presunção da sua obediência, pois que, mandadas calar, parecem ficar tão silenciosas que se tornam invisíveis tanto fora como dentro das suas casas. O *outro* do *outro* é a representação retórica possível de quem existe sem recursos, sem nomes, sem identidade e sem exegese (Gandhi, 1998: 110).

Deste modo não é de espantar que persista a ideia de que as figuras insolventes correspondam narrativas impertinentes. Muitas mulheres continuam a ser desarmadas das suas palavras ou a sabê-las classificadas de impronunciáveis ou de incoerentes; mandadas calar através do esquecimento forçado das línguas maternas (Tzvetan, 1990: 153), têm permanecido alvos do desarme das gramáticas estéticas com que narram as suas vidas, conhecimentos e memórias.

---

<sup>1</sup> Ver as críticas elaboradas por Chandra Talpade Mohanty, Amina Mama, Ifi Amadiume entre muitas outras, ao carácter marcadamente nortecêntrico de muitos trabalhos contemporâneos. Uma análise alargada desta questão pode ser lida em Cunha (2011).

É minha convicção que qualquer pensamento-conhecimento, incluindo o pensamento feminista, que não seja profundamente plurilógico, que não se inspire na sua própria pobreza, fragmentação e limitações, está sempre pronto a dominar e a reduzir o outro à esfera da sua autossuficiência e, por isso, é potencialmente um pensamento etnocida (Khatibi, 2001: 76; Wiredu, 2003: 55).

Proponho que a matriz de uma crítica feminista pós-colonial se alimente e se alicerce nas narrativas às quais preside uma pragmática de resistência e uma energia, vitalidade e sabedoria próprias de uma lógica de matrimónio que é a que cria alianças e redes, em detrimento da racionalidade do património, que privilegia a propriedade e a exclusividade. Esta orientação teórica dá espaço a perguntas silenciosas e a subjetividades transgressivas (Santos, 2004: 44) que desocultam uma visão de feminilidade que não se esgota nas visões feministas dominantes no mundo contemporâneo e gera consciências e conhecimentos insurgentes das muitas mulheres-do-mundo-ex-colonizado (McFadden, s.d.:16; Padilha, 2002; Chow e Lyter, 2002: 52).

Argumento que as perspetivas pós-coloniais dos feminismos podem oferecer um pensamento subversivo que tanto põe em causa os restos do império colonial ainda presentes no *sul* como os interesses dominantes que, em boa medida, são os interesses dos homens do *sul* (ou de outro qualquer ponto cardeal).

## 2. Questões de ordem analítica

Moçambique acedeu à independência política em 25 de junho de 1975, após uma década de guerra contra o regime colonial de Portugal. Em 1976, as tensões regionais – em particular com o regime do apartheid da África do Sul, para quem a solução da independência do país não contribuía como desejava para a sua hegemonia regional – foram determinantes para que Moçambique se visse forçado a entrar de novo em guerra. Esta, assumida como uma guerra de agressão e destabilização por parte da África do Sul e da Rodésia, induziu, em alguns aspetos e ao longo dos anos, uma componente de guerra civil que em muito contribuiu para o aprofundamento societal do conflito e dos seus impactos a longo prazo. O *Acordo Geral de Paz* foi assinado em outubro de 1992, seguindo-se-lhe o acantonamento das tropas beligerantes e o desarmamento das populações. Esta guerra foi responsável por pelo menos 1 milhão de mortos, vários milhões de pessoas deslocadas e pela destruição de infraestruturas e tecido produtivo do país (Serra, 2003; Macuacua, 2002).

Timor-Leste foi invadido e ocupado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial. A ocupação japonesa representou cerca de 80 000 mortos

e a escravidão sexual de milhares de mulheres timorenses. Antes da proclamação da independência em 28 de novembro de 1975, tinha decorrido uma curta mas violenta guerra civil para, a 7 de dezembro do mesmo ano, o território ser ocupado militarmente pela Indonésia durante 24 anos. Esta guerra de ocupação redundou em cerca de 200 000 mortos, um quarto da população total, deslocamentos maciços de pessoas, campanhas de esterilização de mulheres e repressão generalizada. A independência política foi restaurada em 2002, três anos após a destruição pelo fogo de 85% das infraestruturas materiais do país em setembro de 1999, meio milhão de deslocados e cerca de 3 milhares de mortos (Robinson, 2003). Desde então, a transição pós-bélica tem contado com inúmeros episódios de violência.

Nenhuma sociedade passa de forma indelével por qualquer guerra, pois, para além do seu carácter traumático, da destruição, da privação, do medo e da morte sentidos e vividos por estas sociedades, continua a considerar-se que os conflitos bélicos são coisas de e entre homens. Mais uma vez, a economia nacionalista mascara, de uma maneira particular, a participação das mulheres, meninas e velhas, assim como aquilo que pode representar, especificamente para elas, uma longa e dolorosa experiência de guerra e *das espirais de violência* que dela resultam.

Quando os combates feitos com os tiros de morteiros e metralhadoras acabam, isso não determina que outras guerras, cruéis e persistentes, não continuem, insidiosamente, a alimentar-se das muitas violências que existem escondidas quando se vê chegar aquilo a que se chama paz. São guerras que ocorrem em permanência, em espaços de difícil penetração, onde a defesa é quase impossível e a proteção muito difícil de obter, porque constituem o que existe de mais próximo da ideia e da experiência de uma guerra infinita (Casimiro, 2004; Cunha, 2006; Moura, 2010).

As guerras, dentro e fora de casa, antes e depois dos acordos de paz, as velhas e as novíssimas violências têm um papel considerável na maneira como as mulheres se pensam e pensam o seu lugar e estatuto, no acesso e usufruto do poder simbólico e político, assim como na sua vulnerabilização<sup>2</sup> e no tipo de violência que lhes é particularmente dirigida. Para muitas mulheres moçambicanas e timorenses, a *frente de batalha* foi a sua própria casa,<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Entre outras obras, ver Silva (2003) para o caso de Moçambique e GAPI (2002) para o caso de Timor-Leste.

<sup>3</sup> Esta experiência é comum a muitas mulheres que ficam expostas a situações de conflito violento. Nira Yuval-Davis explica como as estratégias de guerra usam de forma clara os géneros, dando o exemplo da deslocalização da *battle front* para o espaço doméstico onde as mulheres costumam permanecer, passando este a constituir-se, nas palavras da autora, numa *home front* na qual as mulheres são alvos, troféus, soldados ou obrigadas a funcionar como instrumentos de guerra (1997: 95ss.).

à qual se juntou a frente militar propriamente dita sempre que o confronto foi inevitável. Contudo, a recitação das guerras continua a ser feita sobretudo pelos homens e sobre os homens e o sofrimento das mulheres é somente ilustração do bem maior que foi a *independência do povo*. O meu questionamento retórico é também epistemológico, pois pretende contrariar as mitologias dos guerreiros: para sofrer e experimentar a guerra é preciso *ir à guerra*?

### 3. As narrações das mulheres, encontros e desencontros de memórias conhecimento e metodologia

O reconhecimento de que o *outro fala* e de que essa fala é um discurso e uma narrativa, em outros termos e com outros termos, provável e parcialmente ininteligíveis para mim, é o primeiro gesto que torna possível um pensamento que engendra as possibilidades de uma abordagem pós-colonial. Estas memórias narradas estão permeadas de silêncios, hesitações, dúvidas e mal-estares, sendo ao mesmo tempo vivas e herdeiras de muitas energias de antagonismo e resistência (Anderson, 2005; Ally, 2001; Nora, 2011). Elas são textos tão complexos e contraditórios como o são os seus contextos. É preciso reconhecer a dignidade da/do *outro*, assim como a dignidade da *outra* narrativa que é criada pela sua alteridade e diferença (Dussel, 2000: 77). Este duplo reconhecimento obriga, não apenas à assunção da incompletude de todos os conhecimentos, mas também à procura resiliente de sentidos e sinais para os quais os meus instrumentos analíticos podem estar cegos ou, pelo menos, ser incapazes. Esta resiliência e esta busca pressupõem uma atenção intensa a racionalidades que lidam com a espiritualidade, a emoção, espaços e tempos que se definem através de outros ritmos, requisitos, historicidades, prioridades e entendimentos.

A textualidade das conversas de que a seguir apresento excertos<sup>4</sup> são composições de palavras, silêncios, risos, choros, perguntas, exclamações, coros de vozes, canções e muitos ruídos de fundo, da rua e interiores. Nas duas cidades e durante dois anos, conversei, convivi e entrevistei 69 mulheres com dois perfis sociológicos principais: vendeiras de mercados informais ou de rua e líderes de associações populares de mulheres. Neste trabalho não pretendo realizar uma metonímia dos discursos sobre a guerra num e no outro país. O propósito é salientar como emergiram das falas destas senhoras estes temas e como trataram as suas memórias, discursivamente, ao longo das nossas conversas que não versavam, diretamente, a guerra nem

<sup>4</sup> Todos os excertos aqui transcritos são parte do trabalho de campo do meu doutoramento e são uma pequena parte do conjunto que constitui o estudo.

a participação das mulheres na guerra. Foi a sua agência e as suas subjetividades que me impuseram a reflexão que aqui apresento. A ela há que prestar atenção, não apenas porque o assunto é importante, mas porque nela estão já interpretações e proposições que uma análise feminista, do meu ponto de vista, não pode esquivar.

Quer em Maputo quer em Díli, o ato físico de falar e de ouvir faz parte do ato de conhecer, avaliar e criar a memória do conhecimento. Falar da terra, da família, das filhas e dos filhos, do poder e da falta dele, das tragédias e dos sonhos é já conhecimento. Falar é também a realização da paz e é um ato de exorcismo das angústias que a vida traz. Este valor performativo da palavra dita e ouvida é fundamental para melhor se captar o dinamismo conceptual destas sociedades e a potencial rebeldia das falas das mulheres (Padilha, 2002: 221). As conversas que mantive com as mulheres, e alguns homens, são acerca das suas memórias de vida, são a produção de textos autorais (Santos, 2000: 72-73; McClintock, 1995: 300-301) e são, com certeza, interpretações do que aconteceu e acontece nas suas vidas e nos seus países.

Ao longo do trabalho realizado com estas senhoras de Maputo e Díli fui consolidando a ideia de que as memórias das guerras que se viveram em cada um dos países estão a produzir guerras de memória. Em Maputo ouvi um silêncio rumoroso sobre as guerras. Como que uma afasia coletiva e aparentemente consentida que mais do que silêncio produz muito ruído e desconforto. Para além disso, parece ser essencial fazer distinções primordiais entre as guerras, pois uma é chamada *libertação* e outra *destabilização*.<sup>5</sup> Da primeira saíram os heróis e os ex-combatentes e da segunda os desmobilizados da guerra. Em Díli, ao contrário, fala-se todos os dias e muito das guerras e no seu contraponto político, que é a paz e a segurança. A minha análise é que, nestas duas cidades viradas para o imenso oceano Índico, os silêncios e ruídos das guerras estão a processar-se de forma diferente e as narrações alimentadas pelas memórias das mulheres dizem-se, também elas, através de lógicas e palavras diversas.

Os discursos sobre as guerras em Maputo, sempre que envolvem as violências da guerra, são sempre indiretos, ou seja, são sobre outras mulheres,

---

<sup>5</sup> Os nomes dados às guerras supõem relações de poder fortemente contextualizadas. Por exemplo, em Moçambique a guerra contra o colonialismo português é chamada guerra de libertação, enquanto em Portugal é chamada guerra colonial. Esta diferença de nomeação emerge não só a partir do ponto de vista dos sujeitos mas também dos efeitos e da interpretação das razões e impactos dela. De maneira equivalente, para o regime e a retórica oficial do Estado moçambicano, a guerra de destabilização (1976 -1992) traduz a iniciativa bélica de uma África do Sul empenhada em fazer com que o novo país não deixasse de ser uma peça subserviente no xadrez da sua hegemonia. Para demonstrar a incapacidade de governação do povo de Moçambique e da necessidade de tutela, denominou-a guerra civil e disseminou a ideia de que era apenas disso que se tratava. Este é ainda um debate intenso na sociedade moçambicana.



outras experiências, outras mortes, outros sofrimentos. Como se apenas nos corpos e vidas das outras mulheres se pudessem inscrever as memórias, quiçá intoleráveis e indizíveis na primeira pessoa. Maria do Céu Chambal foi capitã das Forças Armadas de Moçambique. O seu discurso sobre si e a guerra parece ser a leitura de uma página do seu currículo técnico e profissional:

Aqui Maria do Céu Assane Ragú Chambal. [...] Eu fui afecta como chefe logística no Centro de Michafutene. Trabalhamos até, até último dia do Acordo da Paz tudo, estávamos lá no Centro [...] [e]ra chefe da logística. [...] Não, nunca ninguém me faltou respeito. [...] Eu dava ordem na minha área. [...] Quem dava mais ordem era o próprio comandante do Centro. [...] As minhas ordens também cumpriam porque era chefe, eles dependiam de mim. [...] Sim, eu tinha uma patência alta em relação aos homens todo que estavam aí. Eu tinha, era capitã, agora os homens eram sargentos, esses que davam instrução, mas nem o outro chefe da instrução que era meu colega tinha a mesma patência; ele respeitava-nos e nós também respeitávamos nele.

Maria do Céu muda o tom e as palavras para falar da outra guerra, daquela que ela diz conhecer em direto mas através do corpo e das feridas de outras mulheres.

No tempo da guerra era uma coisa constante porque quando você viajasse ou quando os homens da Renamo, já não sabíamos se eram da Renamo ou quê, mas a verdade a fama é da Renamo como aqueles que dizem ah se é Renamo Frelimo também mas quem criou aquilo, aquela situação toda foi a Renamo que começou por isso nós todos culpamos a Renamo. Nos tempos da Renamo, os homens quando vinham do mato, entrasse numa aldeia não salvavam raptar as pessoas, raptavam as pessoas e você era obrigada a ser menina, quem salvava talvez uma velha, só alguém que eles iam fazer carregar sacos de cinquenta quilos até morrer pelo caminho mas jovem assim tinham que amar com aquela pessoa e isso era constante no tempo da guerra, as nossas camaradas eu não digo muito porque não vivi muito né, elas outras chegam das províncias, a informação não chega lá rápido mas pessoas civis sofreram muito.

Ou ainda a história daquela menina chamada Guilhermina

Eu por enquanto, eu digo isso porque na minha zona de nascência há uma miúda que brincava com as minhas irmãs mais novas, chamada Guilhermina. Essa moça estava casada oficialmente, casou-se oficialmente. A moça sai, vai pra casa dos pais na minha zona. Quando foi pra casa dos pais, nesse dia os nossos companheiros, entraram, ocuparam o meu distrito de ponta pra ponta. Foram raptadas juntamente

com os pais, foram. Quando foram, o pai é que conseguiu fugir, as mulheres morreram e a Guilhermina ficou lá, a irmã mais nova também fugiu. A Guilhermina ficou lá arranjou um homem lá, voltou depois da Paz com 2 filhos. [...] Já estava casada só que ela até agora já não está em casa dos pais, está em casa do tal senhor que lhe encontrou lá na guerra, hum. [...] Sofriam muito. Imagina, eu ir amar um homem que não lhe amo, hum? Hum, hum, não me cabe bem, eu não amo aquele homem, mas sou obrigada a ser meu marido sem lhe querer.

Em Díli os discursos sobre a guerra são autorreflexivos e pronunciados em nome próprio, não deixando margem para dúvidas sobre quem deve pronunciar a experiência das brutalidades que as guerras representam.

Na altura Rosalina tinha pouco mais de dez anos de idade e a guerra transformou-a nessa caixa de segredos que ela própria interpreta como uma tortura que a persegue desde a infância.

Eu era como aquela caixa sobre os segredos deles. Quando ia com a minha mãe visitar o meu pai e a minha mãe era torturada, assim abusada ou, ou humilhada e torturada, ela: olha, não conta e vais lá e dizes para o teu pai com calma e não dizes nada e dizes, olha, a mãe não veio porque está a sentir-se um bocado maldisposta e não veio porque o teu, o Serafim está doente, que era o meu irmão mais novo, está doente. Então eu ia e mentia. E por outro lado, quando chegava e apanhava o meu pai a ser interrogado, ele, o meu pai: não, chegas lá e não podes dizer nada ao teu pai, à tua mãe, que eu estou bem, que eu fui interrogado e que fizeram isso para mim. Então eu disse que está tudo bem. [...] eu chegava a casa a minha mãe perguntava: ah, o pai está bem.

Eu guardei tudo isto durante treze anos, sem falar, sem dizer a ninguém. Então, eu cheguei a uma altura, chegou a uma altura em que eu já não, em 92, eu não sabia se estava quase completamente fora de mim.

Maria de Fátima também fala sobre momentos dramáticos que a guerra lhe impôs e que a sua subjetividade preserva e reinterpreta. A repetição retórica da sua memória atualiza, permanentemente, tanto o sofrimento como a valentia tão necessárias à história e ao presente do seu país:

Por volta das 14 horas, fomos assaltados, abriu-se um fogo cruzado e tentámos fugir o mais rápido possível. Estávamos cercados por dois anéis, conseguimos furar o primeiro, mas havia outro anel por fora. Depois, enquanto os outros homens continuavam a fugir, o meu marido decidiu responder aos disparos e ficámos para trás. Tínhamos combinado que as duas últimas balas seriam para nós mas,

naquele momento, ele não tinha coragem e despedimo-nos enquanto aguardávamos a nossa sorte. Ele continuou a lutar até que, de repente, caiu arrastando-me com ele. Naquele momento, pensei que fosse para rastejar e fugir das balas mas quando olhei para ele vi que tinha sido atingido. Chamei-o e ele ainda me respondeu, mas eu percebi que ele estava a morrer ali. Perante aquilo, peguei na arma para me suicidar mas desisti a tempo e deitei-me no chão. Comecei a ver o cerco bem perto de mim, enquanto via as balas passarem em fogo cruzado.

Mais tarde, já prisioneira, ela continua a narrar a sua memória da guerra:

Mas, ainda assim, nós sabíamos que tínhamos que cumprir a lei da violação e, todos os dias, cada mulher prisioneira casada, viúva ou solteira, recebia, obrigatoriamente, cinco a seis militares para satisfazerem os seus desejos carnavais, até ao ponto de deixarmos de sentir o corpo como nosso.

De repente, abriram a porta do helicóptero e empurraram a Soe Mali para fora. Voltámos a subir e ela ficou lá, enquanto sobrevoávamos a zona. Depois de umas voltas, voltámos ao local, o helicóptero baixou novamente, e eu vi a minha companheira de luta, já sem vida, deitada no chão, a ser violada pelos carrascos militares. Aquela cena marcou-me de uma forma traumática e parecia-me quase irreal.

Esta primeira diferença entre quem fala da guerra das outras ou das suas próprias guerras marca a retórica pública, as subjetividades, e dá-nos conta da diferenciação possível nos processos de *cura*, abordagem societal e práticas políticas de memória destas experiências só, aparentemente, comuns.

As vidas faladas pelas mulheres através das suas memórias e que de uma maneira ou de outra se envolvem e se entrecruzam com as guerras vividas em Maputo ou Díli apresentam outra característica interessante. Para aquelas que em Maputo são desmobilizadas da guerra, isso quer dizer que não têm o estatuto de ex-combatentes e, com este, o mérito e o reconhecimento do valor político na construção e consolidação da nação. É como se todas as memórias se tivessem tornado negligenciáveis e improdutivas. Maria Júlio é bastante clara a este respeito:

Quando fomos desmobilizada [...] fomos apresentar, nós queremos pelo menos fazer alguma coisa pra nós conseguirmos trabalhar. [...] Quando vamos nesta empresa dizem: “ eh, vocês são velhos, vão lá onde que envelheceram. [...] Conseguimos, deram-nos a miséria da pensão que estamos a receber. Eu tenho 5 filhos, todos estão a estudar. O que é um (1) milhão? Miséria que estão nos a dar nem pelo menos para comprar, agora um saco de arroz é 1 milhão, não chega.

[...] Quem vai nos dar, quem vai nos sustentar? Ninguém. [...] Tenho, mas nada, com o meu segredo estou a passar mal [risos]. [...] Não servem pra nada, hum, não servem pra nada. [...] São segredos militares. [...] E não pode divulgar, mesmo que for o quê, divulgar é vender o país, não estou oferecido porque eu não recebo nada pra andar a divulgar. Eu gosto do país, eu quero que outros também entrem mesmo a segurar o nosso país.

A senhora Maria do Céu Chambal também teve uma experiência idêntica como ela mesma nos relata:

Eu quando saí do exército depois mais tarde fiz um requerimento para ver se eu porque eu quando fui desmobilizada eu [...]Huum... eu tinha quase uns quarenta e tal, quarenta e tal não é fácil para que eu voltasse me integrar ou na migração ou no exército ou como trabalhador civil como próprio civil mas não aceitaram.

Jacinta Jorge mostra como a memória épica-nacionalista das guerras está longe de garantir o reconhecimento desejável e considerado justo. Pelo contrário, acentua as diferenças, desigualando-as e colocando-as em posição de executar os mecanismos dessas desigualdades.

A minha função no exército, eu depois dos treinos básicos fui formada para ser instrutora mais tarde fui formada para escola para a academia militar onde curso de comissária do político isto era das mulheres várias vertente política do exército neste caso partido Frelimo. [...] Na altura havia muitos conflitos entre o quadro do oficiais superior porque acabávamos de sair duma guerra isso foi antes dos dezasseis anos de guerra de estabilização prontos tinha companheira durante a guerra de luta de libertação quando se vem a cidade nos diziam que você não merece porque você não sabe vestir, não sabe comer na mesa porque não sabe representar então a escola era basicamente pras boas maneiras.

Ao contrário, em Díli, a passagem das mulheres pela guerra na guerrilha, na frente clandestina ou na frente diplomática tem vindo a produzir efeitos de reconhecimento público. As mulheres da cidade insistem em manter viva a memória da contribuição das mulheres durante a guerra, utilizando algumas as suas próprias histórias como argumentos de legitimidade e autoridade, assim como alavancas para o acesso e exercício de altos cargos na Nação (como é o caso das duas senhoras citadas em seguida). A existência de uma Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), que atuou no país entre o ano de 2001 e a publicação do seu relatório em 2005,<sup>6</sup> é, com certeza, um contributo muito importante para que seja possível falar

---

<sup>6</sup> Ver CAVR (2005).

e narrar esta memória, interpretando-a como um contributo crítico para a consolidação da Nação.

São comuns e regulares os encontros de mulheres nos quais os homens participam como convidados atentos. Nestas celebrações de memória dizem-se e partilham-se as experiências da guerra com testemunhos, poemas, canções e os governantes e líderes locais são parte do ritual de pronunciamiento e atualização da memória pela palavra. São as *lia nain feto* – senhoras da palavra<sup>7</sup> –, contrariando a tradição de que a palavra é um atributo dos homens. Um dos aspetos a destacar são os enunciados que dão nome aos encontros, como por exemplo:

*Haré ba feto nia kontribuisaun husi luta ba ukun rasik an to'o agora no ba futuru mai ita hotu hametin koesaun sosial, estabilidade ba desenvolvimentu.*

A tradução deste título para língua portuguesa mostra a intencionalidade de não deixar esquecer e de falar em nome próprio com que são nomeados estes encontros: olhem para a contribuição das mulheres para a luta, a independência, agora e no futuro, de modo a que seja possível uma coesão social consolidada e estabilidade que permita o desenvolvimento.

Outra das formas de contrariar o esquecimento é através da poesia escrita e dita pelas senhoras, por sua vez ouvida por toda a comunidade, como é o caso do seguinte poema, da autoria de Filomena Reis, escolhida para liderar um projeto governamental de reconciliação e uma das organizadoras de uma conferência internacional sobre mulheres e paz onde se reuniram 1 500 ativistas de todo o mundo.

Mulheres de Timor-Leste  
 Quem diz que vocês não têm valor?  
 Quem diz que vocês não são corajosas?  
 Quem diz que vocês são estúpidas?  
 Eu sei que vocês são valiosas  
 Eu sei que vocês são corajosas  
 Eu sei que vocês não são estúpidas  
 Eu sei que vocês não são estúpidas  
 Vocês sabem falar e escrever!

<sup>7</sup> A este respeito ler a obra de Daniel Simião (2005), *As donas da palavra. Género, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*.

Hei mulheres de Timor-Leste  
 Levantem-se e caminhem  
 Caminhem firme  
 Lutem pelos vossos direitos  
 Lutem pela vossa dignidade  
 Levantem-se e defendam a vossa terra  
 Levantem-se e defendam o vosso café  
 O cheiro do sândalo  
 Tudo o que a vossa terra tem  
 É para os vossos filhos e netos.

Cipriana Pereira foi uma jovem cuja experiência política e da guerra hoje encontra um sentido privilegiado no exercício das suas funções como deputada no parlamento nacional. Ela conta a sua experiência reiterando a preocupação em manter viva esta memória, indo buscar a sua autoridade à sua própria experiência:

Quando eu estive nas montanhas, integrei-me na organização de mulheres. Foi o início do meu trabalho, e tinha 15 anos nessa altura. [...] Depois de conseguir o trabalho, pensei de participar na rede clandestina e consegui estabelecer a ligação com o comandante Rodak e laborei os serviços clandestinos com ele. [...] É tudo isso que me motivou para continuar a lutar e levar ao alto o papel das mulheres e é muito importante. Para mim estas mulheres também são heroínas. Eu quero uma história das mulheres desde o ano de 75, desde a fase da resistência até a fase de referendo, para que um dia as pessoas possam lembrar a luta das mulheres daquela fase da luta, se não um dia as pessoas só se lembravam daquelas que morreram em 75 e aquelas que morreram depois deste ano já não se lembravam, e assim um dia jamais ninguém lembrava os seus nomes.

#### **4. Os múltiplos 'V' das guerras de memórias. A valentia das mulheres *versus* o narcisismo viril dos heróis**

Muitos discursos passam tanto pelo alinhamento das palavras como por imagens criadas e consentidas. Elas são também uma narração das memórias e dos sofrimentos que se tornam pronunciáveis ou incontornáveis. As diversas textualidades narrativas estão a revelar disputas retóricas que têm as suas razões de ser na controversa relação entre nação, feminilidades e masculinidades. Uma dessas disputas pode ser enunciada da seguinte maneira: quem está a prevalecer no discurso e na memória pública (Halbwachs, 2001) sobre o momento primordial, ou seja, a independência política que se associa à constituição das nações: as mulheres vítimas ou as

mulheres valentes das guerras em Moçambique e Timor-Leste? A segunda disputa que está em marcha é saber se a valentia das mulheres, para que exista e resista nas memórias distintas das distintas histórias dos dois países, tem que ser também ela viril e narcisista como é a dos seus heróis masculinos. Esta disputa sobre a forma e o conteúdo dos marcadores identitários dos nacionalismos modernos está a ocorrer e precisa de ser estudada. Para finalizar este texto proponho-me levantar algumas questões, formular alguns problemas e levar a cabo uma abordagem analítica crítica que quer indagar para iniciar uma discussão aprofundada que terá que ser continuada.

Com intensidades e texturas diferentes, nos dois países existem e predominam longos reportórios sobre a vitimização das mulheres durante e após as guerras. Podemos com alguma facilidade aceder aos extensos acervos documentais, retóricos, reflexivos e de memória que têm vindo a elaborar as imagens e os perfis das mulheres vítimas, sofredoras, sobrecarregadas, ignoradas e negligenciadas. Toda essa informação está disponível em relatórios e estudos, assim como nos discursos das próprias mulheres de forma direta e indireta, com custos e méritos. No entanto, toda essa imensa e trágica realidade documentada e acessível é apenas uma parte da memória, das experiências e das reflexões que as realidades proporcionam às subjetividades confrontadoras e críticas de muitas mulheres.

A narração do sofrimento e da vitimização das guerras, sobretudo no que diz respeito às mulheres, tem escondido, tem negligenciado a sua valentia. A obliteração da valentia das mulheres, ainda que esta seja indissociável do seu sofrimento, é o cerne das guerras de memória, pois não só esconde uma parte importante da realidade das guerras e das mulheres, como mitiga e desperdiça, drasticamente, formas, métodos e conteúdos de que a valentia pode ser feita. Retomar os discursos diretos é uma forma de abrir espaço a outros sentidos para que se instalem e extravasem a reflexão, análise e teorias feministas. Começo por Díli e como algumas senhoras dizem da sua e da valentia das outras. Algumas que a seguir apresento são líderes políticas e religiosas pertencentes à elite da capital, mas nem sempre estiveram nesta posição. Em grande medida é a sua experiência da guerra e a sua reconhecida valentia que lhes permite, hoje em dia, serem ouvidas, serem mobilizadoras de ideias e projetos e formadoras de opinião. Fátima Gomes, bispa de uma igreja evangélica, afirma que

[a]lguns homens vieram falar comigo para tentar continuar a viver com a memória de terem aberto as barrigas das mulheres para tirarem de dentro dos úteros as crianças e matá-los contra pedras ou estrangulando mãe e filho. Também contam

como mataram homens e jovens inocentes estrangulando-os depois de os ferirem de catana. Só uma mulher pode ouvir estas coisas sem ficar a odiar e sem perder, de novo e logo, a cabeça.

Guilhermina Marçal – madre superiora de uma congregação católica – sublinha outro aspeto da valentia, da qual destaca a sabedoria e inteligência que lhe estão associadas:

Durante a ocupação por exemplo as mães as irmãs aquelas que enfrentam todas problemas com os militares, as mulheres primeiro são sábias, inteligentes e sábias por exemplo ela tem uma tática para, para salvar, salvaguardar o seu marido os filhos ou sobrinhos ou os vizinhos, então procura fazer uma tática de tal maneira que pode convencer o militar indonésio, mesmo que com a espingarda apontada na cabeça mas a mulher timorense não tinha medo de dizer não ou dizer sim aos, aos militares, mesmo ameaçada então a mulher timorense tem a tática de esconder o seu marido os seus filhos, os seus sobrinhos pessoas jovens em todos lugares, por exemplo mudança de casas, hoje o marido dorme aqui amanhã dorme noutra lado, noutra, noutra casa, os indonésios não conseguem descobrir a tática da mulher timorense, isso é uma estratégia da força divina que manifesta na pessoa da mulher timorense, e não tinham medo.

A senhora Maria Barreto – dirigente de uma associação de mulheres – distingue nas mulheres uma valentia apoiada naquilo a que chama uma estratégia fria capaz de enfrentar de outra maneira e com outras consequências situações difíceis.

Na maioria das vezes, os homens que ocupam cargos de segurança ou do tipo, quando estão irritados resolvem problemas directamente com as forças, enquanto as mulheres, pelo contrário, elas não resolvem as confusões com confusões, elas preferem arranjar uma boa estratégia fria as mulheres pensam duas vezes antes de reagir. É esta a questão, e muitas vezes não tem consideração ou não dão valor a este tipo de resolução.

Em Moçambique a literatura, tal como a poesia em Timor-Leste, tem tido um papel fundamental para antecipar ou para dizer com palavras o que ainda, em alguns casos, permanece impronunciável. A história que as palavras da escritora Paulina Chiziane (2002: 277) contam é muito mais do que considerações sobre uma vítima porque constitui uma afirmação da capacidade de amar contra todas as expectativas e, nesse sentido, considero que ela escreve e fala sobre a experiência de uma mulher valente.



Há dias conheci uma mulher do interior da Zambézia. Tem cinco filhos, já crescidos. O primeiro, um mulato esbelto, é dos portugueses que a violaram durante a guerra colonial. O segundo, um preto, elegante e forte como um guerreiro, é fruto de outra violação dos guerrilheiros da libertação da mesma guerra colonial. O terceiro, outro mulato, mimoso como um gato, é dos combatentes rodesianos brancos, que arrasaram esta terra para aniquilar as bases dos guerrilheiros do Zimbabwe. O quarto é dos rebeldes que fizeram a guerra civil no interior do país [...] O quinto é de um homem com quem se deitou por amor pela primeira vez.

E para que fique claro que as mulheres são valentes, a dona Albertina Raquel – dirigente associativa – lembra que

[n]ós estamos a lutar, não é por acaso que estamos aqui reunidas para poder arranjar estratégias, para poder mudar o cenário, mudar o comportamento. Mas as coisas mudaram, temos que amarrar de verdade as nossas capulanas.

A subalternidade persistente destas versões de valentia que incluem amor, atenção, cuidado, persistência, arrojo, sofrimento, gritos e silêncio e a sua irrelevância formal para o discurso dominante sobre o poder de resistir à dominação, à agressão, à ocupação, não as faz inexistir totalmente, mas diminui dramaticamente o potencial epistemológico que as constitui. Considerá-las impertinentes é uma forma de silenciamento; é, sobretudo, uma visão abissal (Santos e Meneses, 2009) e sexista sobre os conhecimentos, tecnologias e contingentes de racionalidades que estão no mundo para favorecer a justiça cognitiva e as pazes (Pureza e Cravo, 2005; Moura, 2010; Cunha, 2006) necessárias a uma sociologia feminista crítica e pós-abissal.

Em Moçambique o coro das mulheres velhas da cooperativa de Macassane lança no ar, repetidamente, a versão ainda subalterna da sua valentia, comprovada nos trabalhos da *machamba*. Às guerras que destroem tudo as velhas fazem frente com enxadas, coros e hortas de milho, mandioca e feijão. São as valentes ausentes de todas as paradas e painéis de honra. Cantam, gritam assim as velhas:

Regente: Também Samora

Coro: Está satisfeito com a cooperativa das mulheres velhas

Regente: Não há preocupações para ninguém

Coro: Não há preocupações para ninguém

Elas nunca adoçam, não têm roupa, e não têm nada para comer.

[...]

(Mas) ao nascer do sol elas atravessam o vale e vão trabalhar.

(Manghezi, 2003: 152)

A agência das racionalidades, porém, vai muito mais longe e desafia tanto o *status quo* como a pretensão de haver completado qualquer narrativa nacional, ainda que esteja preenchida de valentias mais ou menos conformes com as mitobiografias dos seus chamados heróis. A narração entregue a estas subjetividades muda o ponto de vista mas também muda o ponto de chegada sobre guerras, sofrimentos, valentias e memórias. As senhoras Isaura Fernandes (Maputo), Rosalina Costa (Díli) e Rute Uetela (Maputo) falam das suas preocupações caso o país fosse entregue a eles, a estes e outros heróis da libertação, ao mesmo tempo que não conseguem evitar o riso pelo que consideram ser um pensamento irresponsável. Dona Isaura – presidente de uma pequena associação de pessoas aposentadas – diz:

[o]lha, os homens todos morriam de fome [risos] porque as mulheres são as batalhadoras, as mulheres são as batalhadoras mesmo na área política, em eleições, o quê, quem faz ganhar o partido do governo somos nós, nós somos a maioria, portanto até o próprio país desaparecia do mundo, desaparecia do mundo [...] porque perdia este braço forte, perdia este braço forte.

A dona Rosalina – funcionária do Centro Juvenil Padre António Vieira – encontra neles fragilidades imateriais e pouco explícitas mas reais:

Mas eu acho que psicologicamente, o homem sabendo que não está, dentro da casa, uma mulher, não, não consegue sobreviver. Eu, pessoalmente, acho que não consegue sobreviver.

As palavras de Rute Uetela – secretária do Conselho Cristão de Moçambique – são firmes e claras quando afirma as suas convicções:

Dizer que o país desaparecia [riso] desapareceria se calhar seria mesmo, mas é, é mais para isso porque mesmo a nível de Igrejas o trabalho está nas mãos das, da mulher, em todo o lado, em todos os níveis nós encontramos a mulher, mesmo lá nas machambas<sup>8</sup> a mulher está em primeiro lugar, ela é que tem mais poder pra, pra, ah pra dar moral, ajudar e desempenhar todo esforço que tem no seu trabalho, portanto a mulher é, é importante na sociedade em todas as esferas para mim [...], em todas as esferas para mim, portanto a ausência da mulher é, é um problema sério.

A impossibilidade de uma só versão ou de uma só narração é evidente na estratégia discursiva destas senhoras. Estas subjetividades criadoras ainda

<sup>8</sup> Equivalente a quintal ou horta, de maiores ou menores dimensões, onde se cultivam vários tipos de alimentos como feijão, amendoim, abóbora, milho, batata, entre muitos outros.

não resolveram o problema da sua subalternização nem abordam toda a complexidade social envolvida nas relações de poder que enfrentam e com que procuram lidar. Todavia, elas fazem-me perceber que, longe de se pensarem a si mesmas como inferiores, menores ou incapazes, descrevem-se a si e às outras como centralidades, batimentos cardíacos e vitalidade cerebral das suas sociedades e por isso valentes, ainda que vítimas de muitos sofrimentos.

Procurei contribuir para o debate acerca de alguns aspetos daquilo que desigmo ser uma segunda disputa retórica da memória das guerras e das guerras de memória. Trata-se de discutir se a valentia das mulheres tem que ser viril e narcisista para que se possa levar a sério, exibir e ser o contraponto da história de cada um dos países, e se a heroicidade guerreira viril é único ponto de partida e de chegada da fundação nacionalista.

As epistemologias feministas que se preocupam com a violência e a sua deslegitimação social e cultural, construídas a partir das experiências das mulheres do sul e pelas mulheres no sul têm-se constituído como uma crítica pertinaz, por exemplo, ao receituário dominante sobre as guerras, as transições pós-bélicas, os nacionalismos e a construção dos novos estados independentes. Sem essencializar o papel das mulheres, estas subjetividades e racionalidades em ação são um terreno epistemológico de interesse notável para um pensamento crítico, feminista e pós-colonial.

### Referências bibliográficas

- Ally, Shireen (2001), “Peaceful Memories: Remembering and Forgetting Political Violence in Kangwane, South Africa”, *Africa*, 81(3), 351-372.
- Anderson, Benedict (2005), *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- CAVR (2005), *Chega! Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste. Resumo Executivo*. [s.l.]: CAVR.
- Casimiro, Isabel (2004), *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Chiziane, Paulina (2002), *Niketche: uma história de poligamia*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Chow, Esther Ngan-Ling; Lyter, Deanna (2002), “Studying Development with Gender Perspectives: From Mainstream Theories to Alternative Frameworks”, in Esther Ngan-Ling Chow (org.), *Transforming Gender and Development in East Asia*. London: Routledge, 25-57.
- Cunha, Teresa (2006), *Vozes das mulheres de Timor-Leste*. Porto: Afrontamento.
- Cunha, Teresa (2011), *Para além de um índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres e Moçambique*

- e Timor-Leste*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Dussel, Enrique (2000), *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gandhi, Leela (1998), *Postcolonial Theory. A Critical Introduction*. New York: Columbia University Press.
- GAPI (2002), *Relatório do Gabinete da Assessoria para a Promoção da Igualdade*. Díli.
- Halbwachs, Maurice (2011), "From the Collective Memory", in Jeffrey K. Olick, Vered Vinitzky e Daniel Levy (orgs.), *The Collective Memory Reader*. Oxford: University Press, 139-149.
- Khatibi, Abdelkibir (2001), "Maghreb Plural", in Walter Mignolo (org.), *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Lazreg, Marnia (2005), "Decolonizing Feminism", in Oyèrónké Oyewùmí (org.), *African Gender Studies: A Reader*. New York: Palgrave Macmillan, 66-80.
- Macuacua, Lázaro (2002), "O AGP Dez Anos Depois: Novos Desafios para Moçambique", *Estudos Moçambicanos*, 20, novembro, 5-18.
- Manghezi, Alpheus (2003), *Macassane: uma cooperativa de mulheres velhas no sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- McClintock, Anne (1995), *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge.
- McFadden, Patricia (2000), "Radically Speaking: The Significance of the Women's Movement for Southern Africa", *Women's World: African Women's Voices*. Consultado a 05.04.12, em [http://www.wworld.org/programs/regions/africa/patricia\\_mcfadden3.htm](http://www.wworld.org/programs/regions/africa/patricia_mcfadden3.htm).
- Moura, Tatiana (2010), *Novíssimas guerras. Espaços, identidades e espirais de violência armada*. Coimbra: Edições Almedina.
- Nora, Pierre (2011), "Reasons for the Current Upsurge in Memory", in Jeffrey K. Olick, Vered Vinitzky e Daniel Levy (orgs.), *The Collective Memory Reader*. Oxford: University Press, 437-441.
- Padilha, Laura Cavalcante (2002), *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Pureza, José Manuel; Cravo, Teresa (2005), "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 5-19. Versão eletrónica disponível em [http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=882&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=882&id_lingua=1). Consultado em 05.04.12.
- Robinson, Geoffrey (2003), *East Timor 1999. Crimes against Humanity. A Report Commissioned by the United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR)*. Díli & Jakarta: Halk Association & ELSAM.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.

- Santos, Boaventura de Sousa (2004), “Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um e outro”. Texto apresentado na abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais em Coimbra, de 16 a 18.09.2004. Consultado em 05.04.12, em [http://www.ces.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_pos-colonial.pdf](http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf).
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Paula (orgs.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.
- Serra, Carlos (2003), *Em cima de uma lâmina*. Maputo: Imprensa Universitária Universidade Eduardo Mondlane.
- Silva, Kelly (2008), “Reciprocity, Recognition and Suffering. Political Mobilizers in Independent East Timor”, *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, 5(2), 152-178.
- Silva, Terezinha da (2003), “Violência doméstica: factos e discursos”, in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*, vol II. Coimbra: Afrontamento, 143-164.
- Wiredu, Kwasi (2003), “L’ancrage de la pensée africaine et les conditions du dialogue interculturel Revue”, *Alternatives sud: pour une pensée africaine émancipatrice*, 10(4), 49-60.
- Yuval-Davis, Nira (1997), *Gender & Nation*. London: SAGE Publications.